

## ATA N.º 3/2015

# is Jan

## SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Local: Sala de Sessões dos Paços do Município.

Data: 25/04/2015.

Iniciada às 09,00 horas e encerrada às 10,15 horas.

## I. SESSÃO COMEMORATIVA DO 41.º ANIVERSÁRIO DO 25 DE ABRIL DE 1974

A sessão iniciou-se com a presença de:

Presidente da Mesa: Dr. José Francisco Rocha Ramalho

Primeiro-Secretário: Dra Catarina Ascensão Silva Marques

Segundo-Secretário: Joaquim Manuel Galamba Caeiro

Membros: José Duarte Costa Franco

Dimas Joaquim Canhão Ferro Dr. José Pedro Pires dos Reis Hugo Joaquim Nobre Lopes

Dr. Rui Miguel Rocha Passinhas

Dr.a Florbela da Luz Descalco Fernandes

Ricardo Tavares Antunes

Ricardo Calixto Borges Cartaxo

António José Lucena Dias

Dr. Henrique Lopes de Oliveira

Rui Manuel Chilrito Pereira

Agostinho dos Santos Pardal

Presidente da Junta de

Freguesia de Granja Francisco António dos Santos Branco

Presidente da Junta de

Freguesia de Luz Dra Sara Maria Vidigal Correia

Presidente da Junta de

Freguesia de Mourão António José Mendonça Ferreira

A sessão foi presidida pelo Sr. Dr. **José Francisco Rocha Ramalho**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal e Secretariada por **Vítor Manuel Leal Vidigal**, Coordenador técnico da Subunidade Orgânica de Administração Geral, Arquivo e Atendimento ao Cidadão, da Divisão Administrativa e Financeira.-----





- --- Relativamente à composição da Assembleia Municipal em matéria de pedidos de substituições ao abrigo dos artigos 78º, alínea a) do nº 1 do artigo 29º e artigo 79.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, mantida em vigor pela Lei 75/2013, de 12 de setembro, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que não houve qualquer pedido de substituição por parte dos Senhores Deputados Municipais. ------
- --- Ato contínuo, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à **Sr.ª Presidente da Câmara Municipal de Mourão**, que leu o discurso do seguinte teor: ------

### "Comemoração dos 41 anos do 25 de Abril

A CDU Mourão e a Comissão Concelhia do P.C.P. saúdam o 41.º aniversário do 25 de Abril de 1974, e apoiam a realização desta sessão solene da Assembleia Municipal de Mourão.

Quarenta e um anos passaram sobre o 25 de Abril, data mais importante da história recente do nosso país.

Nesse ano de 1975, os trabalhadores deste país, particularmente os alentejanos e da cintura industrial de Lisboa, com o apoio do MFA, avançaram para uma epopeia jamais pensável em Portugal.

Merecendo esta o reconhecimento a nível internacional, ao ponto de ter servido de base a teses de mestrado e doutoramento nas mais diversas universidades mundiais, fazendo com que deslocassem a Portugal uma plêiade de intelectuais de todas as áreas, para contactar em direto, com este povo mais que analfabeto e assim perceber como foi conseguido um feito desta ordem.

Também mais a norte o MFA, lançou as campanhas de dinamização cultural, que tinha por objetivo uma melhor informação sobre as linhas mestras do seu programa e, contrariar a desinformação que se tinha instalado e desenvolvido nesses locais.





Duas das componentes mais importantes consistiram na ação da engenharia militar, que abriu estradas e caminhos, para servir aldeias e populações, onde me 800 anos de existência, nunca tiveram outros acessos, a não ser caminhos de cabras.

Alguns desses povoados, já com a participação activa dos seus naturais e residentes foram dotados com abastecimento de água pública e potável e pontos de iluminação.

No campo da saúde, também equipas de médicos e enfermeiros militares, se instalaram no terreno, proporcionando a essas populações, as primeiras consultas e tratamentos nas suas terras.

Apresentada esta análise histórica, actualmente verificamos o seguinte:

- Desmantelamento das empresas através da sua reprivatização, por exemplo, a banca com o estendal de indignidade que são do nosso conhecimento;
- Quanto ao SNS, temos:
- Caos nas urgências com tempos de espera superiores aos limites de segurança do utente, com pessoas que morrem ou agravam o seu estado de saúde à espera de puderem ser atendidas;
- Macas de ambulância retidas nos hospitais para resolver o problema da falta de camas;
- Falta de auxiliares, assistentes, enfermeiros, médicos e outros terapeutas;
- Encerramento de serviços de proximidade.

A CDU e o PCP consideram que é necessário e possível:

- Gestão pública eficiente, transparente, participada e articulada entre cuidados primários e cuidados hospitalares;
- Eliminação das taxas moderadas;
- Dotação do SNS dos meios humanos, financeiros, técnicos e logísticos necessários ao seu eficaz funcionamento;
- Fim do modelo de gestão "Hospital Empresa", EPE, as famosas PPP's que custam milhões aos utentes;
- Fim de todas as formas de emprego precário no sector e a aplicação do vínculo público de nomeação e das carreiras profissionais;
- Reforço no investimento dos cuidados de saúde primários, com o objectivo de dotar todos os utentes do seu médico e enfermeiro de família;
- Criação do Laboratório Nacional do Medicamento;
- Garantia do transporte gratuito dos doentes não urgentes;
- Revogação da Portaria 82/2014 e a realização de uma verdadeira reorganização hospitalar que vá ao encontro das necessidades dos utentes.

A CDU e o PCP rejeitam a política de exploração e dos seus executores, que de braço dado com a União Europeia e o FMI, conduziu o país ao desastre. E porquê?

- Roubaram a centenas de milhares de trabalhadores a possibilidade de viverem no seu país;
- Desmantelaram o aparelho produtivo nacional, a capacidade produtiva na indústria, na agricultura e nas pescas;
- Entregaram ao lucro privado sectores e empresas estratégicas essenciais ao desenvolvimento;
- Promoveram a contínua degradação da qualidade do SNS, da Escola pública, da segurança social, entre outros;
- Alimentaram e protegeram a degradação da vida política e a multiplicação de casos de corrupção.





Assim a CDU e o PCP Mourão defendem uma política que, vinculada aos valores de Abril, efective e recupere direitos constitucionalmente consagrados.

# VIVA O 25 DE ABRIL VIVA O CONCELHO DE MOURÃO VIVA O ALENTEJO E A SUA REGIONALIZAÇÃO VIVA PORTUGAL DEMOCRÁTICO"

--- Pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia foi, de seguida, dada a palavra ao Senhor Deputado Municipal Independente e Presidente da Junta de Freguesia de Granja, Francisco António dos Santos Branco, que leu um discurso do seguinte teor: --"Senhor presidente da assembleia municipal

Senhora presidente da câmara municipal Senhores autarcas Senhores convidados Minhas senhoras e meus senhores

Estamos aqui hoje, para comemorarmos um dos acontecimentos mais importantes da nossa história recente, ocorrido há 41 anos, precisamente no dia 25 de abril de 1974, dando assim origem ao "dia da liberdade".

Para lembrar esta data especial vou recordar alguns momentos vividos pelo m f a, movimento das forças armadas:

Em reunião de 24 de março de 1974, os 15 elementos da comissão coordenadora do exército chegam à conclusão de que as condições aparentes e objectivas tornam possível desferrar com êxito uma acção de "confronto final e decisivo com o poder".

era, porém, necessário agir com a maior segurança, precisão e rapidez. Decide-se que até à consumação dos factos não serão mais utilizadas comunicações por escrito, nem qualquer traço que possa servir à direcção-geral de segurança (dgs) para suspeitar que o movimento não esteja efectivamente destroçado. Por outro lado, determina-se a elaboração rigorosa de um plano de operações.

A importante experiência operacional militar da maior parte dos oficiais que dirigiam o movimento foi factor decisivo para determinar as caracteristicas técnicas militares da minuciosa ordem de operações Entretanto o movimento decide a elaboração de um programa a ser apresentado ao país de 20 a 29 de abril.

O texto do programa representa uma ampla plataforma política, caracterizada, no entanto, pela oposição frontal ao tipo de regime então vigente e pela adopção de princípios fundamentais da prática democrática parlamentar.

Para além das "medidas imediatas", que implicam o derrubamento do governo e a desarticulação das suas instituições - dgs, censura, legião, assembleia nacional -, prevêem-se medidas a "curto prazo", que incluem as garantias de liberdade de reunião e de associação e inerente legalização e formação de





partidos políticos e de sindicatos, liberdade de expressão, o empenhamento do governo provisório numa nova política económica segundo uma estratégia antimonopolista, e numa política ultramarina orientada pelo "claro reconhecimento do direito dos povos à autodeterminação e adopção de medidas tendentes à autonomia administrativa e política dos territórios ultramarinos com efectiva e larga participação das populações autóctones".

Por outro lado, prudentemente, prepara-se o que alguns especialistas denominam "retirada dos militares da política". Empenha-se o mfa na "formação, a curto prazo, de um governo provisório civil", e promete:

Logo que eleitos pela nação a assembleia legislativa e o novo presidente da república, a dissolução da junta de salvação nacional e a acção das forças armadas será restringida à sua missão específica de defesa da soberania nacional".

Quando iniciam as acções de 25 de abril de 1974, os numerosos oficiais do movimento, embora de forma não definida, esperam, de facto, diferentes desenvolvimentos para o futuro, que irão, mais tarde, manifestar-se em divergências nitidamente políticas.

Todos estão, no entanto, de acordo perante uma questão histórica: a necessidade de derrubar o regime antidemocrático que longamente dominou o país. É este consenso que irá permitir a vitória.

**Decorridos 41 anos**, em liberdade já reconhecemos a necessidade da liberdade de opinião e da liberdade de expressão da opinião para o nosso bem-estar intelectual, com base em **quatro fundamentos distintos**:

Em **primeiro lugar**, se qualquer opinião for forçada ao silêncio, essa opinião pode ser verdadeira. Negar isto é presumir que somos infalíveis.

Em **segundo lugar**, embora a opinião silenciada seja um erro, a mesma pode conter, e muito frequentemente o faz, uma parte da verdade; e uma vez que a opinião geral ou predominante sobre qualquer assunto raramente ou nunca é a verdade inteira, é apenas através da colisão de opiniões contrárias que o resto da verdade tem qualquer possibilidade de ser conhecida.

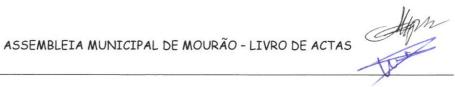
Em **terceiro lugar**, mesmo que a opinião aceite seja, não apenas verdadeira mas a verdade inteira, a não ser que seja vigorosa e seriamente contestada, ela será mantida como um preconceito pela maioria dos que a aceitarem, com pouca compreensão ou sentimento em relação aos seus fundamentos racionais.

Em **quarto lugar**, o significado da doutrina em si correrá o perigo de se perder ou de enfraquecer, perdendo o seu efeito vital sobre o carácter e a conduta; o dogma torna-se uma mera profissão normal, ineficaz para o bem, mas obstruindo o caminho e impedindo o crescimento de qualquer convicção real e sincera resultante da razão ou da experiência pessoal.

Se a igualdade e a liberdade são para nós significativos fundamentais, tal deve-se ao facto de exigirmos uma sociedade democrática, cujo regime coloque esses valores no centro da vida social. Quanto aos cidadãos, são tratados como consumidores no mercado político. Assim, não há nada de surpreendente no baixo nível de participação no processo democrático que se verifica nas sociedades dos nossos dias.

A quantidade de tempo durante o qual os homens estão empenhados em pensar ou agir politicamente é muito reduzida, quando comparada com todo o período das suas vidas; mas as breves actividades





do homem político exercem uma influência desproporcionada sobre a vida diária do homem trabalhador, do homem a divertir-se, do homem completo de qualidades. Daí a importância em se saber o que ele pensa na sua qualidade de político e porque é que pensa.

Se compararmos o número dos votantes inscritos como membros dos vários partidos políticos com o número dos votantes nos cadernos, poderemos fazer uma ideia da proporção entre as pessoas politicamente interessadas e as politicamente desinteressadas. Verificar-se-á que os desinteressados estão em enorme maioria.

A democracia participativa tem necessariamente implicações na vida social, e é mais correctamente considerada um modo de viver do que apenas um artíficio ou processo político.

Para a democracia existir, o poder tem de se conservar no povo. Se ele abdicar livremente desse poder, a sua atitude pode ter o apoio popular mas não é democracia.

A democracia como poder popular deve ser encarada como um processo contínuo de interacções entre o governo, seja ele central, regional ou local, e a sociedade, com um máximo de envolvimento do povo nas decisões públicas a todos os níveis. Uma imitação disto, uma pseudodemocracia, é uma situação em que os que tomam as decisões encenam um espectáculo de consulta àqueles que as suas decisões vão afectar, quando de facto as decisões fundamentais já foram tomadas e as políticas decididas.

E se quisermos que o povo desempenhe um papel positivo, expondo livremente as suas exigências e esperanças, os seus receios e ofensas, e também que apresente ideias e inicie atitudes políticas, é seguramente evidente que isto só pode acontecer numa atmosfera da maior liberdade e abertura possíveis, de que não haja o mínimo vestígio de ansiedade ou apreensão inibitória quanto às possíveis consequências das suas palavras.

Tenho dito

Viva o 25 de abril

Viva a liberdade"

--- Seguidamente, o Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Deputado Municipal representante da coligação PSD/CDS-PP, Dr. Henrique Lopes de Oliveira, que leu o discurso do seguinte teor: ------

#### "Comemoração dos 41 Anos do 25 de Abril de 1974

Bom Dia, Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Mourão; Senhores Membros da Assembleia Municipal; Sr.ª Presidente da Câmara Municipal de Mourão; Senhores Vereadores; minhas Senhoras e meus Senhores.

Continuamos a comemorar o 25 de Abril de 1974 e isso é motivo de regozijo para todos nós. O facto de o podermos fazer é sinal inequívoco que vivemos em Liberdade.

Todos invocamos a Liberdade; todos desejamos ser livres.





A Liberdade é um conceito; são os actos dos homens e mulheres que definem o seu desejo de viver em Liberdade respeitando a Liberdade do seu semelhante.

Sendo a Liberdade um conceito cada um pode e tem o seu conceito de Liberdade. O meu conceito de Liberdade entronca nas palavras do filósofo, José Luís Nunes Martins: " A liberdade é respeito. Só quem reconhece o valor do outro é digno de reconhecer o seu" em Amor, Silêncios e Tempestades; por sua vez o Prof Agostinho da Silva professa: " Não há liberdade minha se os outros a não têm." Simone de Beauvoir reforça este conceito: " Querer-se livre é também querer livres os outros. " Stuart Mill acautela: " A liberdade de um indivíduo deve ser assim limitada: não deve ser prejudicial aos outros."

Este é o meu conceito de Liberdade por palavras e actos.

As Instituições democráticas criadas com o 25 de Abril de 1974 devem ser preservadas; os homens e mulheres que ocupam os cargos para que foram eleitos devem ser respeitados e respeitarem os seus semelhantes. A democracia, a Liberdade não podem ser apenas palavras. Têm de ser vividas, respeitando as diferenças, as regras; o direito; é isso que distingue a democracia dos regimes totalitários.

Mas o respeito tem de começar dentro das próprias Instituições. Respeitar e dar-se ao respeito. Cumprir regras aprovadas democraticamente por órgãos eleitos por sufrágio, é respeitar a democracia. Não é democrático quem se apelida de tal; é quem nos seus actos demonstra que sabe viver em democracia.

Espero que todos os eleitos saibam cumprir a missão para que foram eleitos; discutam-se ideias, princípios, ideais com a fleuma que quiserem, mas com respeito pelas ideias, princípios e ideais contrários.

Não faças aos outros o que não queres que te façam a ti, diz o povo e com razão.

Quem atira uma pedra, sujeita-se a receber uma pedrada.

Em mais de vinte anos que pertenci a este órgão Municipal cortaram-me a palavra; impediram-me de falar; votei vencido muitas vezes; vi aprovadas propostas que considerei e considero escandalosas; senti-me injustiçado muitas vezes...sabia e sei que tinha razão. Aceitei o jogo democrático...

" Ser-se livre não é fazermos aquilo que queremos, mas querer-se aquilo que se pode" disse Jean-Paul **Sartre** 

Fiquei estupefacto, chocado e deveras preocupado com os acontecimentos vividos em Dezembro último nesta Assembleia.

Esses acontecimentos e comportamentos não correspondem ao meu conceito de Liberdade e de viver democrático. Como também não o são para a Coligação PPD/PSD, CDS/PP.

Termino citando Françoise **Sagan:** " Desejo tanto que respeitem a minha liberdade que sou incapaz de não respeitar a dos outros."

Muito obrigado





Henrique Oliveira em representação do Grupo Municipal do PPD/PSD-CDS/PP

Este texto foi escrito sem observação do novo acordo ortográfico."

--- No seguimento da sessão o Senhor Presidente da Mesa deu a palavra à Senhora Deputada Municipal representante do Partido Socialista, Dr.a Florbela Fernandes, que leu o seu discurso do seguinte teor: ------"Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal Exma. Sra. Presidente da Câmara Municipal Exma, Sra, Vereadora Exmos. Srs. Vereadores Caras e Caros Colegas Deputados Municipais Caras e Caros Representantes dos Partidos Políticos aqui presentes, Exma. Sra. Presidente da JF da Luz Exmos. Srs. Presidentes da Junta de Freguesia de Mourão e da Granja Exmos. Srs. Comandantes da GNR Exmo. Sr. Diretor do Agrupamento de Escolas do Concelho \_\_\_\_\_ do Centro de Saúde Exmo. Sr. em representação do Serviço local da Segurança Social de Mourão Exma. Sra. Exmo Sr. Presidente da Assoc. Humanitária dos BV do Concelho de Mourão Exmo. Sr. Comandante dos BV de Mourão

#### Caras e Caros Munícipes,

Falar de abril, é falar de liberdade, de abnegação, de serviço público e de justiça!

Exmo. Sr. Provedor da Sta. Casa da Misericórdia Mourão Exmos. Srs. e Sras. Dirigentes Associativos do Concelho

Hoje comemoramos o 41º aniversário da Revolução de 1974, e fazemo-lo sempre com o mesmo orgulho, o orgulho num povo que se revoltou sem derramar sangue.

A Liberdade deve-se aos Valorosos Capitães de Abril que souberam encarnar o sentimento profundo do povo português que o regime de ditadura se esgotara, condenava uma guerra colonial causadora de milhares de vítimas inocentes e que nada podia satisfazer os seus anseios de paz, de democracia e de progresso social que não passasse pelo fim do regime que os oprimia há décadas.

A **Revolução dos Cravos** foi uma página gloriosa da n**ossa História coletiva** e um modelo para povos oprimidos de todo o mundo.

**Um modelo não só porque foi feita sem guerra civil** mas sobretudo, porque apesar de ser feita por militares estes tiveram a coragem de devolver os destinos do País à sociedade civil e ajudaram a construir o sistema democrático e constitucional que nos rege até hoje.

Mas esta **Revolução devemo-la também a todos** quantos lutaram corajosamente contra a ditadura e os seus esbirros, por vezes pagando mesmo com a vida essa ousadia, como aconteceu a Humberto Delgado.



Em 4 décadas Portugal e os Portugueses conseguiram reinventar o lugar de Portugal no mundo, desbravar caminhos para o desenvolvimento num País atrasado, tolhido pela pobreza, pelo analfabetismo, pela injustiça, pela perseguição política e por longas décadas de repressão.

Erros houve, sim. Excessos também. Mas há que dizê-lo bem alto, os êxitos alcançados foram notáveis:

- √ Criamos o Estado Social
- ✓ Criámos um Estado de direito democrático enquadrado por uma Constituição que ainda hoje nos protege e nunca foi tão necessária como nos dias que correm
- ✓ Criamos e disseminámos a Escola Pública e a escolaridade obrigatória
- ✓ Qualificamos as novas gerações, os nossos filhos e os Vossos netos como nunca sequer os nossos pais e avós teriam imaginado
- ✓ Demos passos gingatestos em matéria de desenvolvimento económico e cultural
- ✓ Elevámos o nível de vida e a qualidade de vida da generalidade dos cidadãos, sobretudo nos grupos mais desfavorecidos
- ✓ Libertaram-se energias criadoras de um povo que sempre foi conhecido pela sua capacidade criativa e de adaptação

No fundo, modernizou-se e desenvolveu-se o País e alcançou-se a integração na União Europeia, de especial significado para nós socialistas.

No meio desta revolução modernizadora, houve um elemento importantíssimo, um elemento que une muitos dos que estão nesta sala criou-se o PODER LOCAL DEMOCRÁTICO.

Foi com ele que se impulsionou o desenvolvimento regional e local bebendo nas raízes e tradições mas construindo melhores condições de vida para as populações através da participação cívica e política dos cidadãos.

Este é o olhar que se impõe na data que hoje assinalamos, um olhar positivo sobre um País que há 41 anos atrás vivia oprimido e subdesenvolvido.

Contudo, não posso, e antes de terminar, deixar de olhar para o Portugal de hoje. O Portugal que sucumbe à crise que se abateu sobre o País, sobre a Europa e sobre o Mundo, e que destruiu muito daquilo que já se tinha alcançado em apenas 4 anos.

Hoje, estamos mergulhados numa crise que nos empobreceu a todos e muitos são os desafios que se nos colocam.

O desenvolvimento estimulado pelos fundos europeus e por uma conjuntura económica expansionista ao longo do século XX, não foi devidamente alicerçado numa base económica sólida nem num aproveitamento óptimo dos recursos endógenos.



Houve excessos? Sim houve.

Houve erros? Sim houve.

Muitos, resultado de um tempo fértil em utopias e incendiado por retoricas inflamadas, outros, porque a política não é perfeita, porque o Homem não é perfeito, e ainda outros, porque não fomos capazes de antever problemas com os quais hoje nos confrontamos.

Hoje vivemos num País, onde os serviços públicos de saúde, educação e outros, os mecanismos de protecção social, os direitos laborais, os progressos adquiridos na elevação das condições de vida das populações, todas essas conquistas sociais que definem o Portugal moderno, estão postas em causa, não só pela dura realidade da situação financeira, mas também por via de pressupostos ideológicos dominantes que tudo subordinam às forças do mercado.

As políticas de austeridade e o recuo nas funções sociais do Estado impõem sacrifícios desiguais aos cidadãos, penalizando sobretudo os que pouco têm e estrangulando a classe média, enquanto uma pequena minoria de afortunados consegue prosperar.

As populações do interior do país, cada vez mais envelhecido e desertificado, vêem-se castigadas com o fecho de escolas, hospitais, estações de correios, serviços de transporte, tribunais, repartições de finanças ou juntas de freguesia.

Não fora as autarquias a resistir e a garantir o apoio aos seus Munícipes o interior do Pais estava entreque ao isolamento total.

E os munícipes deste concelho vêm sentido na pele todas estas agruras, mas contam e continuarão a contar com o Partido Socialista e com a Câmara Municipal.

Paralelamente, a ineficiência continua lamentavelmente, a ser uma marca habitual do sistema judicial e da administração pública.

O alastramento do desemprego e a emigração forçada de milhares de jovens qualificados, entre outros males, ensombram o bem-estar colectivo no presente e lançam a incerteza sobre o futuro.

Igualmente preocupante é a descredibilização do próprio sistema de democracia representativa, de que são sintomas evidentes as crescentes taxas de abstenção nos actos eleitorais, e a desconfiança e até hostilidade de vastos sectores da população em relação à chamada «classe política», por motivos que são bem conhecidos de todos.

Muitos, demasiados, cidadãos e cidadãs foram-se alheando da política; muitos outros, e cada vez em maior número, deixaram de rever-se em qualquer dos partidos políticos existentes e optam por intervir civicamente de forma independente.



TAS Jam

Contudo, **o que pode ser entendido como uma forma de protesto** pode também, e estou convicta de que o é, um contributo para a revitalização do regime democrático.

Por vezes, há quem assim não entenda e prefira **deplorar os efeitos** em vez de **esmiuçar as causas**, pois é sempre bem mais cómodo e tentador menosprezar o pensamento alheio do que ter a coragem de exercer a autocrítica.

Por tudo isto, **não posso deixar de referir o quão insensatos são, os argumentos que se ouvem aqui e ali, que culpam a Revolução de 1974**, pelas escolhas menos felizes e pelo desgaste que a nossa democracia vem acusando.

Se é certo que não podemos encontrar nas palavras de ordem de 1974 a solução para muitos dos dilemas do presente, muito menos poderíamos encontra-la num qualquer saudosismo de regime opressor e retrógrado.

A democracia continua a ser, como disse Churchill o pior sistema de governo com exceção de todos os outros.

**Só defendendo intransigentemente** a democracia que Abril nos trouxe, e cultivando os genuínos valores democráticos da liberdade, da tolerância, da solidariedade, da equidade e do civismo em todas as suas facetas, poderemos lograr fazer de Portugal um país melhor e dos Portugueses um povo mais feliz.

Sim, mais feliz, porque que outro desígnio mais nobre do que este, pode haver para a acção política?

E mesmo que a felicidade colectiva não passe de um sonho, diremos como cantava o poeta: «Sempre que um homem sonha, o mundo pula e avança.»

**Celebrar o 25 de Abril** é, **pois, procurar permanente inspiração** nos valores mais intemporais e duradouros que a Revolução nos legou.

**É identificar e combater**, dia a dia, todas as formas de injustiça, discriminação, despotismo e obscurantismo.

É lutar, na esfera pública como na privada, por uma sociedade evoluída, informada, responsável e inclusiva.

É, para quem faz serviço público ou para quem, como nós, autarcas, exerce um mandato conferido pelo povo, a redobrada responsabilidade de zelar pelo bem comum e de dignificar, pelo exemplo, a missão que nos foi confiada.



É, sem deixar de acompanhar a evolução dos tempos e da sociedade, recusar abrir mão das conquistas fundamentais de Abril

Ou que se ponha em causa, em nome de qualquer programa político ou imposição externa, a coesão social e territorial indispensável à saúde da democracia portuguesa.

41 anos depois de 1974, verificamos que a maior parte dos Portugueses de hoje, não viveu directamente a Revolução dos Cravos ou dela tem apenas uma vaga lembrança.

Mas a sua herança perdura e perdurará.

Abril está vivo! Não é propriedade de nenhum grupo ou facção, é património comum de todos os Portugueses, que farão dele o que entenderem no uso da própria liberdade que ele nos ofereceu.

Viva o 25 de Abril!

Viva o Concelho de Mourão!

Viva Portugal!"

--- Finalmente o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Mourão, Dr. José Francisco Rocha Ramalho, fez a leitura do seu discurso que seguidamente se

"Excelentíssimos Senhores Secretários da Mesa da Assembleia Municipal; Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara Municipal de Mourão; Excelentíssimos Senhores Deputados Municipais; Excelentíssimos Senhores Presidentes das Assembleias de Freguesia; Excelentíssimos Senhores Vereadores Ilustres Convidados; Amigos Mouranenses

Comemora-se hoje o quadragésimo primeiro aniversário do 25 de abril, o dia da liberdade conquistada, o qual, permitam-me dizer, não se pode definir apenas por palavras, sendo, também, este dia muito mais que o simbolismo de hastear a bandeira e os discursos aqui e em todo o País proferidos.

Ao longo destes 41 anos já quase tudo foi dito sobre essa manhã clara e vibrante, quente e luminosa desse Abril, já tão longe e ainda tão perto da nossa razão, do nosso sonho, da nossa vida.

Desse sonho, acordado e acendido, depois de milhares de dias de medos e tormentos, de dores e sangue, de separação e ausências, desses dias cheios de grades das prisões políticas onde homens cultivavam a esperança e o sonho de serem livres.

Hoje, mais do que nunca, sinto que todos temos a obrigação de não deixar morrer a memória de Abril, e que, diariamente, temos de a relembrar.

Relembrar que antes do 25 de Abril não existia Poder Local Democrático, não existia Estado Social, não existia Democracia, não existia igualdade entre homens e mulheres.



Jam.

Relembrar a liberdade de não termos que justificar o ouvir, num silêncio medroso, a BBC, a Rádio Moscovo ou a Voz da Alemanha.

Da democracia de podermos denunciar.

Do meu sentir, e de sem receios dizer que sim ou que não...

Do Abril vivido e partilhado.

Do Abril respirado e absorvido.

Do Abril capturado e recuperado.

De Abril que deu voz a todos e que não pode ser a voz de apenas alguns.

De um Abril sem donos e sem mestres.

De um Abril que é feito de diferenças mas com o abraço de semelhança que é a liberdade.

Muitas diferenças que se uniram neste objetivo que foi, é, e será a consagração da LIBERDADE. LIBERDADE, grito que muitos sufocaram na garganta, que se pôde sentir ao longo de muitas vidas sofridas, e se gritou há 41 anos, nessa madrugada de Abril que floriu em PAZ.

Mas, hoje, essa liberdade conquistada não responde ainda ao nosso sonho.

A falta de valores éticos e políticos que se instalou na sociedade deturpa o espírito de Abril.

Vivemos dias de intenso ilusionismo político, em que tudo o que se diz é, afinal, para afirmar outra coisa, e em que tudo o que se faz é, na verdade, para atingir objetivos que não são ditos.

Criou-se ao longo de muitos anos uma sociedade de facilidades, de direitos sem deveres, do vale tudo. Os princípios desapareceram, os conceitos alteraram-se, e o resultado está à vista.

E é nesta ditadura que não é de esquerda nem de direita, nesta ditadura que nos é imposta em nome da liberdade, que continuamos a estar presos por amarras que não são visíveis mas que existem e tornam mais difícil (mas não impossível) o combate pelos ideais de abril e pelo igual acesso de oportunidades.

É a ditadura dos caciques e do oportunismo político que não olham a meios para atingir os seus fins e dos que se aproveitam dos cargos que ocupam para negociarem as nossas vidas.

Tempo é história e o passado condiciona irremediavelmente o presente.

Foram muitos anos de vícios privados e de muitas poucas virtudes públicas.

Foram anos e anos de vassalagem, de vender a alma e o caráter, de influências descaradas, de jogos de poder palacianos, de manifestações egocêntricas e de falsos heróis que apenas se limitaram a olhar para o seu próprio umbigo, para o umbigo dos seus amigos e familiares e que, por tudo do isto cavaram a sepultura do concelho.

Foram décadas de fartar vilanagem com a ideia que o mundo é dos espertos e daqueles que melhor conseguem enganar os outros.

Por tudo isto, os habitantes do concelho de Mourão merecem o Prémio Nobel da Paciência.

Este honesto povo tem suportado os maiores ventos de promessas e as menores perspetivas de emprego e de desenvolvimento social e económico, sempre em vão, numa espera que desespera, num jogo de sombras que é corrompido com uma nova forma de mentira: a mentira organizada e deliberadamente planeada, que faz da crença facto e transforma o facto em mera opinião ou vã promessa.

O problema é que, sem verdade factual, os povos são como navios destinados ao naufrágio. A verdade é o chão que pisamos. Sem ela, o que se abre é o abismo...

Ora, é neste jogo complexo, onde entram afirmações de direitos, desconstrução de valores, antagonismos de interesses, necessidades de esperança, assunção da realidade, defesa de soluções





justas, luta pelo futuro, sentido de proporção e de honestidade, cuidado para com os outros, que a Assembleia Municipal intervém e age.

È nesta teia, cerzida por mil fios e hipercomplexa que se constrói a solução democrática ao nível municipal.

A Assembleia Municipal não governa o concelho, mas faz coisa diferente e é sua missão ir mais além e mais fundo.

É seu dever sugerir e recomendar à CM melhores práticas e novos comportamentos gestionários.

A prestação da assembleia só pode ser entendida como de permanente afirmação, quer como consciência coletiva da nossa responsabilidade enquanto membros eleitos, quer na defesa convicta de conhecer e compreender os problemas e preocupações do concelho e em seu nome defender o melhor futuro para o Município de Mourão.

Por muito que custe a algumas pessoas mal habituadas por décadas de reiteradas más práticas, na Assembleia Municipal de Mourão não podemos apenas debater ou discutir.

Nem devemos apenas debater e deliberar, e muito menos deliberar sem debater.

Nesta assembleia temos o dever e a obrigação legal de Debater, Deliberar e Fiscalizar a ação da CMM.

Nunca nos devemos esquecer que compete à assembleia municipal o papel "nobre" de fiscalizar a atuação da Câmara Municipal, o qual deve ser desempenhado na plena posse dos direitos e deveres que nos são atribuídos pela Lei e pelo Regimento, os quais, no entanto, parecem deixar de fazer sentido quando alguns de nós pouco ou nada contribuem para que essa função primeira seja exercida com autenticidade, disponibilidade e competência, mais preocupados que estamos, muitas vezes, em simplesmente criar obstáculos e confusão que levam à desacreditação total deste órgão.

Enquanto Presidente deste Órgão deliberativo e fiscalizador, a Assembleia Municipal, terá que ser, e tudo farei par que seja, um espaço de vivências, construído em ações, debates sérios, e sobretudo práticas politicas em que a ética e a boa – fé estejam presentes, com a consciência social e politica a favor do benefício das populações e de todos os cidadãos concelho de Mourão, mas de todos, sobretudo os mais desfavorecidos, e não apenas de alguns.

Por determinados comportamentos, o 25 de abril não deve ser esquecido, mal tratado, banalizado e colocado em causa, pois se aqui estamos livres é graças a esses grandes homens que lutaram pelo seu país e nunca desistiram dele.

Cabe a cada um de nós, fazer valer os ideais de Abril e nunca desistir dos ideais fraternos que o nortearam, acreditando que as gerações vindouras vão cultivar os valores que se perderam pois, sem eles, nunca serão verdadeiramente livres.

Somos agora senhores do nosso destino. Excelentíssimos Senhores Secretários da Mesa da Assembleia Municipal; Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara Municipal de Mourão; Excelentíssimos Senhores Deputados Municipais; Excelentíssimos Senhores Presidentes das Assembleias de Freguesia; Excelentíssimos Senhores Vereadores Ilustres Convidados; Amigos Mouranenses





Para todos vós fica o meu abraço com liberdade. Viva Portugal, Viva o 25 de Abril, Viva o Concelho de Mourão

Mourão, 25 de Abril de 2015."

Terminados os discursos e esgotada a ordem de trabalhos, o senhor Presidente da
Mesa da Assembleia Municipal de Mourão deu por encerrados os mesmos, desejando a
todos os presentes umas excelentes e participadas comemorações do 41º aniversário do 25
de Abril
E, por nada mais haver a tratar ou deliberar, o Senhor Presidente da Mesa declarou
encerrada a sessão, eram 10,15 horas
Para constar se lavrou a presente ata que foi aprovada, por Anaissa, na
sessão de 26 de junho de 2015, e vai ser assinada pela Senhora Presidente da Mesa em
exercício e por mim, Vítor Manuel Leal Vidigal, secretário, que a redigi e subscrevo

A Presidente da Mesa da Assembleia em exercício,

O Coordenador técnico,